

TERMO DE CONTRATO Nº 004/SUB-IP/2023

LICITAÇÃO POR TOMADA DE PREÇOS Nº 015/SUB-IP/2022
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 6039.2022/0001752-5
REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO
CONTRATANTE : PMSP/SUBPREFEITURA IPIRANGA
CONTRATADA : HERSA ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA

Aos onze dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e três, na sede da **SUBPREFEITURA IPIRANGA**, inscrita no C.N.P.J. sob nº 05.636.771/0001-93, situada na Rua Lino Coutinho, nº 444, Ipiranga – São Paulo/SP, presentes de um lado a **Prefeitura do Município de São Paulo**, representada neste ato, pelo **Subprefeitura Substituto, Sr. Anderson da Silva Medeiros**, adiante designada apenas por **CONTRATANTE**, e de outro a empresa **HERSA ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA** C.N.P.J. nº 01.376.473/0001-50 sediada à, Rua Padre Raposo, 497 – Mooca - CEP: 03116-000, Telefone: 11-2603-4178, e-mail: comercial@hersa.com.br, vencedora e adjudicatária da Licitação supra, neste ato por seu representante legal, **Sr. Flavio Beloto Gonçalves**, R.G. nº 20.945.093-9, doravante designada apenas **CONTRATADA**, conforme despacho proferido às fls. **076358303** do processo em epígrafe, publicado no DOC de 29/12/2022, resolvem firmar o presente contrato, objetivando a prestação dos serviços discriminado na Cláusula I – DO OBJETO, que serão executados em conformidade com a Lei Municipal nº 13.278/02, com as alterações introduzidas pela Lei Municipal nº 14.145/06, Decreto Municipal 44.279/03, Lei Complementar nº 123/06 alterada pela Lei Complementar nº 147/14, Decretos Municipais nºs 49.511/08, 59.283/2021, 59.292/2021 e 55.838/2015 bem como com as normas gerais da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores e demais normas complementares e Decreto Municipal nº 56.633/15, demais normas complementares e disposições contidas neste instrumento, consoante às cláusulas e condições que seguem:

I– DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Contratação de empresa de engenharia ou arquitetura para execução de obras para contratação de empresa de engenharia ou arquitetura para execução de obras de construção de quadras de areia e vestiários em área pública situada entre a Rua Carlos Alberto Werneck e Av. Prof. Arnaldo João Semeraro, Vila Livieiro – Distrito: Sacomã, área sob jurisdição desta Subprefeitura Ipiranga.

1.2 – Deverá ser obedecido rigorosamente o Memorial Descritivo/Especificações técnicas, contidas no ANEXO I do Edital que precedeu este ajuste e dele passa a fazer parte integrante.

II– DO REGIME DE EXECUÇÃO, DO PREÇO E DA DOTAÇÃO

2.1 – Os serviços serão executados no regime de Empreitada de Menor Preço Unitário.

2.2 – O valor do presente Contrato importa em **R\$ 1.779.541,37 (um milhão setecentos e setenta e nove mil quinhentos e quarenta e um reais e trinta e sete centavos)**.

2.2.1 - O preço referido contempla todos os custos básicos diretos, todas as despesas indiretas e os benefícios da empresa, todos os materiais e equipamentos necessários à execução, assim como os encargos sociais, fiscais e trabalhistas, e constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pela adequada e perfeita execução do objeto deste Edital, de modo que nenhuma outra remuneração seja devida em qualquer hipótese de responsabilidade solidária pelo pagamento de toda e qualquer despesa, direta ou indiretamente relacionada com a prestação dos serviços.

2.3 – Para fazer frente às despesas do presente exercício, existem recursos orçamentários empenhados onerando a dotação nº. 53.10.15.451.3022.1.170.4.4.90.39.00.00, do presente exercício, suportadas pela Nota de Empenho nº **122008/2022**.

2.3.1 – Os preços unitários contratuais para a execução dos serviços objeto deste, são os ofertados pela Contratada - Anexo V do edital de licitação que precedeu este ajuste, parte integrante deste ajuste

III – DO REAJUSTE

- 3.1 – Não será concedido reajuste de preços, em cumprimento ao disposto na Portaria SF 104/94.
- 3.2 – Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais, em face da superveniência de normas federais e municipais sobre a matéria.
- 3.3 – As hipóteses excepcionais de revisão de preços serão tratadas de acordo com a legislação vigente e exigirão análise econômica para avaliação de eventual desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

IV – DOS PRAZOS

- 4.1. O prazo total da contratação é de **90 (noventa) dias corridos**, a contar da data fixada na “Ordem de Início”, a ser expedida pela Coordenadoria de Projeto e Obras desta Subprefeitura na qual indicará o responsável técnico pela fiscalização das Obras/Serviços.
- 4.2 - A contratada deverá retirar a Ordem de Início em **até 03 (três) dias úteis** contados da convocação.
- 4.3 - A contratada executará todos os serviços convencionados, dentro do prazo fixado, obrigando-se a entregar, ao término desse prazo, referidos serviços completos, de acordo com os requisitos do presente e seus anexos.
- 4.4 - Poderá o contrato ser denunciado a qualquer tempo, ensejando a sua rescisão contratual, com prévia notificação, sem sanção ou ônus à Municipalidade.

V - MEDIÇÕES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 5.1 - As medições dos serviços executados deverão ser requeridas pela Contratada através de documento eletrônico, junto ao Protocolo da Unidade Fiscalizadora, a partir do primeiro dia útil posterior ao período de cada parcela, de acordo com o cronograma físico-financeiro de execução dos serviços e de acordo com a Portaria nº 170/2020.
- 5.2 - Cada documento eletrônico de pedido de medição e pagamento deverá conter os seguintes arquivos documentais:
- 5.2.1 - cópia do Contrato;
- 5.2.2 - cópia da Nota de Empenho;
- 5.2.3 - cópia da Ordem de Início;
- 5.2.4 - Memorial de Cálculo;
- 5.2.5 - Memória Financeira e Croquis dos serviços executados no período da medição, quando solicitado pela Unidade Requisitante;
- 5.3 – As medições serão apresentadas em planilhas eletrônicas conforme modelo fornecido pela Fiscalização.
- 5.4 - Os quantitativos das medições serão apresentados na forma cumulativa em relação aos serviços prestados.
- 5.5 - O valor da medição de cada parcela será apurado com base nas quantidades de serviços executados no período da obra e a aplicação dos preços contratuais, deduzindo-se a somatória das medições anteriores.
- 5.6 - A medição dos serviços executados será realizada mensalmente e será referente às parcelas relativas ao período dos 30 (trinta) dias anteriores ao primeiro dia do mês subsequente ao da sua realização. Em caso de dúvida ou divergência nos quantitativos medidos, a Fiscalização liberará para pagamento a parte não contestada dos serviços.
- 5.7 - Fica o responsável tributário independentemente de retenção, obrigado a recolher o imposto integral, multas e demais acréscimos legais na conformidade da legislação, eximida, neste caso, a responsabilidade do prestador de

serviços.

5.8 - A medição final dos serviços somente será encaminhada a pagamento quando resolvidas todas as divergências, inclusive quanto a atrasos e multas relativas ao objeto do Contrato, mediante a apresentação das plantas de “as built” e o Recebimento Provisório.

5.8.1 - Consideram-se como plantas de “as built”, o registro gráfico de todos os elementos construtivos e equipamentos públicos existentes na área dos serviços estipulados no objeto contratual, sendo que sua formatação obedecerá ao estabelecido pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras – SIURB.

5.9 - Em cada uma das medições a Contratada deverá apresentar, nos termos do Decreto Municipal nº 48.184/2007 e Decreto Municipal nº 50.977/09, como condição para o recebimento, os seguintes documentos:

5.9.1 - Notas fiscais de aquisição dos produtos de empreendimentos minerários;

5.9.1.1 - Caso o volume dos produtos minerários ultrapasse 03 m³ (três metros cúbicos), cópia da última licença de Operação do empreendimento responsável pela extração dos produtos de mineração, emitida pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental – CETESB, quando localizada no Estado de São Paulo, ou documento equivalente, emitido por órgão ambiental competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, no caso de empreendimento localizado em outro Estado.

5.9.1.2 - Declaração de utilização de produtos e subprodutos de madeira de origem exótica, quando essa for à hipótese, acompanhada das respectivas notas fiscais de sua aquisição.

5.9.1.2.1. - No caso de uso de produtos ou subprodutos de madeira de origem nativa, em face do que estabelece o artigo 46 da Lei Federal nº 9.605/98, a Contratada deverá apresentar:

5.9.1.2.2. - Notas fiscais de aquisição desses produtos e subprodutos;

5.9.1.2.3 - Original da 1ª via da Autorização de Transporte de Produtos Florestais – ATPF, expedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;

5.9.1.2.4 - Comprovante de que o fornecedor dos produtos ou subprodutos de madeira de origem nativa encontra-se cadastrado no Cadastro Técnico Federal do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

5.10. Nas solicitações de pagamentos de medições, a contratada deverá anexar os seguintes documentos:

- Requerimento de solicitação de pagamento
- Cópia de medição anterior, se houver
- Cópia do contrato social e suas alterações
- Cópia da Ordem de Início
- Cópias das Notas de Empenhos
- Cópias dos termos de Aditamento se houver;

5.11 - Todas as planilhas deverão conter a assinatura do responsável técnico pela Contratada e visto do responsável pela fiscalização.

5.12 - **O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias a contar da data em que o serviço for atestado “a contento” pelo fiscal encarregado e a entrega na Unidade Requisitante dos documentos discriminados a seguir:**

5.12.1 - Primeira Via da Nota Fiscal ou Nota Fiscal-Fatura.

5.12.2 - Fatura no caso de apresentação de Nota Fiscal.



5.13 - Caso ocorra à necessidade de providências complementares por parte da Contratada, a fluência do prazo de pagamento será interrompida, reiniciando-se a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

5.14 - Por ocasião da apresentação da nota fiscal, fatura, a Contratada deverá fazer prova do recolhimento mensal do FGTS por meio das guias de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP bem como do recolhimento do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, e do IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte.

5.15 - As comprovações relativas ao FGTS a serem apresentadas deverão corresponder ao período de execução e à mão-de-obra alocada para esse fim.

5.16 - O ISSQN – IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA, por força do disposto na Lei nº 13.701, de 24.12.2003 e Decreto nº 52.703/2011, de 06.10.2011, será retido na fonte pela PMSP.

5.16.1 - Quando da emissão da nota fiscal ou nota-fiscal-fatura, a Contratada deverá destacar o valor da retenção a título de “RETENÇÃO PARA O ISS”, considerando-se como base o serviço/mão de obra contratada ou o que constituir o serviço executado.

5.17 - O IRRF – IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE, por força do disposto no art. 3º do Decreto-Lei 2.462, de 30.08.1988, Lei nº 7.713, de 1988, art. 55, e art. 649 do Decreto nº 3.000, de 26.03.1999, será retido na fonte pela PMSP.

5.17.1 - Quando da emissão da nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente a Contratada deverá destacar o valor da retenção, a título de “RETENÇÃO PARA O IRRF”. Considera-se preço do serviço à receita bruta a ele correspondente, sem nenhuma dedução.

5.18 - Caso, por ocasião da apresentação da nota fiscal, da fatura, do recibo ou do documento de cobrança equivalente não haja decorrido o prazo legal para recolhimento do FGTS e do ISSQN, poderão ser apresentadas cópias das guias de recolhimento referentes ao mês imediatamente anterior, devendo a Contratada apresentar a documentação devida, quando do vencimento do prazo legal para o recolhimento.

5.19 - A não apresentação dessas comprovações assegura à Contratante o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou os pagamentos seguintes.

5.20 - No tocante a contribuição social para o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a Contratante observará, em todos os seus termos, o disposto na Instrução Normativa – IN MPS/SRP nº 03 de 14/07/2005, revogada pela Instrução Normativa RFB nº 971, de 13/11/2009, com exceção dos artigos 743 e 745, publicado no DOU de 17/11/2009.

5.21 - O pagamento será efetuado pela Secretaria Municipal de Finanças, através de crédito em conta corrente no BANCO DO BRASIL S/A, ou excepcionalmente, no Departamento do Tesouro, conforme Decreto nº 51.197/2010, publicado no DOM de 23/01/10, devendo a contratada, comprovar o cumprimento das obrigações trabalhistas e demais encargos em relação aos trabalhadores necessários a execução do contrato.

5.22 - Não haverá atualizações ou compensações financeiras.

5.23 - Quaisquer pagamentos não isentarão a Contratada das responsabilidades contratuais, nem implicarão na aceitação dos serviços.

VI – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 – Executar o objeto da licitação obedecendo às especificações constantes no Edital na modalidade Tomada de Preços nº 015/SUB-IP/2022 e seus Anexos que precede um este ajuste dele fazem parte integrante.

6.2 – Obedecer às orientações fornecidas pela Contratante, através do servidor responsável pela execução dos serviços, que será indicado na Ordem de Início.

6.3 – Responsabilizar-se por todos os danos causados a bens materiais de propriedade da Subprefeitura Ipiranga, bem como de terceiros, durante a execução dos serviços, devendo indenização pelos prejuízos e substituição de bens, a critério da Administração.

6.4 – Realizar os serviços nos horários a serem estipulados pela Contratante.

6.5 – Manter, durante a vigência deste instrumento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por ocasião da licitação que precedeu este ajuste, obrigando-se, ainda, a comunicar à Subprefeitura Ipiranga qualquer alteração dos dados cadastrais, para atualização.

6.6 - Afixar placa indicativa da obra, conforme legislação em vigor.

6.7 - Atender todas as normas de Segurança, EPI, Sinalização etc.

6.8 – Apresentar Guia de recolhimento do ART, nos termos da resolução nº 425/98/CONFEA **no ato da assinatura da Ordem de Início junto a CPO.**

VII – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 – Fornecer à Contratada, no ato da Ordem de Início, o nome do servidor que representará a Contratante durante a execução do objeto.

7.2 – Disponibilizar o local de execução dos trabalhos, nos horários acordados, assim como todas as informações e orientações necessárias à perfeita execução deste ajuste.

VIII – DAS PENALIDADES

8.1 – Além das sanções previstas no Capítulo IV, da Lei Federal 8.666/93, com a redação que lhe atribuiu a Lei Federal nº 8.883/94, e demais normas pertinentes, a Contratada estará sujeita às penalidades abaixo discriminadas, devendo ser observados os procedimentos contidos no capítulo X, do Decreto Municipal nº 44.279/2003:

8.1.1 – Multa por inexecução parcial do ajuste: 10% (dez inteiros por cento) sobre o valor contratual.

8.1.2 – Multa por inexecução total do ajuste: 30% (trinta inteiros por cento) sobre o valor contratual.

8.1.3 – Multa por dia de atraso no início dos trabalhos após o decurso do prazo previsto no item 4.3 deste instrumento: 0,5% (meio por cento) por dia sobre o valor deste Contrato, até o máximo de 10 (dez) dias, incidindo, após, a multa por inexecução parcial ou total, conforme o caso.

8.1.4 – Multa por descumprimento de cláusula contratual: 0,5% (meio por cento) sobre o valor deste Contrato, por dia, até seu cumprimento.

8.1.5 – Multa pelo não atendimento das exigências formuladas pela Fiscalização: 1% (um inteiro por cento) sobre o valor deste Contrato, por dia, até seu atendimento.

8.2 – As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, podendo ser aplicadas concomitantemente, conforme dispõe o § 2º do Artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

8.3 – O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de intimação da empresa apenada. A critério da Administração e em sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a mesma tenha a receber da PMSP. Não havendo pagamento pela empresa, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se ao processo executivo.

IX – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1 – O objeto deste Contrato será recebido pela Contratante consoante o disposto no artigo 73 da Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas pertinentes.

X – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 – Fica a Contratada ciente de que a assinatura deste Contrato indica que tem pleno conhecimento dos elementos

nela constantes, bem como de todas as suas condições gerais e peculiares, não podendo invocar qualquer desconhecimento quanto aos mesmos, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento de seu objeto.

10.2 – Para assinatura deste, a empresa apresentou os seguintes documentos:

Documentos:

- a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b. Certidão Negativa Conjunta de Débitos relativos à Tributos Federais e a Dívida Ativa da União ou outra equivalente na forma da Lei;
- c. Certidão de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- d. Certidão de regularidade perante a Fazenda do Município de São Paulo, relativa aos tributos relacionados com a prestação contratada, de empresas com sede no município de São Paulo, OU prova de inscrição no cadastro das pessoas jurídicas que emitam nota fiscal autorizada por outro Município, no caso da sede não ser no município de São Paulo, conforme dispõem a Lei Municipal nº 14.042/2005, Decreto Municipal nº 46.598/2005 e Portaria SF nº 101/2005.

A licitante com sede fora do Município de São Paulo, que não esteja cadastrada como contribuinte neste Município, deverá apresentar Declaração, firmada pelo representante legal, sob as penas da lei, do não cadastramento e de que nada deve à Fazenda do Município de São Paulo, relativamente aos tributos mobiliários relacionados com a prestação contratada.

- e. Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- f. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada;

Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária, que comprove possuir como objeto a prestação de serviço compatível com os exigidos na licitação;

Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores ou dirigentes, tratando-se de sociedades empresárias;

Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

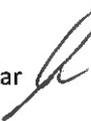
- g. Certidão de Falência e Concordata.
- h. Caução (Apólice, Certidões de Regularidade e Administradores)
- i. CADIN
- j. Indicação do responsável técnico pelo acompanhamento da execução dos serviços e o preposto que a representará nos locais dos trabalhos;
- k. Declaração firmada sob as penas da lei, que a empresa atenderá no momento da contratação o disposto no artigo 5º do Decreto Municipal nº 50.977/09 – que dispõe do compromisso de utilização de produtos e subprodutos de madeira de origem exótica, ou de origem nativa que tenham procedência legal, nos termos do modelo constante do Anexo Único integrante desse decreto (ANEXO XIII do Edital).
- l. Declaração firmada sob as penas da lei, que a empresa atenderá no momento da contratação o disposto no artigo 5º do decreto Municipal nº 48.184/07 – que dispõe do compromisso de fornecimento ou utilização de produtos de empreendimentos minerários que tenham procedência legal, nos termos do modelo constante do Anexo Único integrante desse decreto (Anexo XIV do Edital);

10.2.1. A contratada deverá verificar no site www.capital.sp.gov.br/portalmmsp, eventuais pendências incluídas no Cadastro Informativo Municipal – CADIN, que possam impedi-la de firmar o contrato derivado do presente certame, conforme disposto na Lei Municipal nº 14.094 de 06/12/05 e Decreto Municipal nº 47.096 de 21/03/06;

10.3 – Ficam fazendo parte integrante deste instrumento, para todos os efeitos legais, o Edital que o precedeu, os seus Anexos, e a Proposta da Contratada, do processo eletrônico em questão.

10.4 – O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Municipal nº 13.278/2002, Decreto Municipal n.º 44.279/03 Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, aplicáveis à execução dos serviços e especialmente aos casos omissos.

10.5 – A Prefeitura do Município de São Paulo, especialmente, a Subprefeitura Ipiranga se reserva o direito de executar através de outras contratadas, no mesmo local, obras ou serviços distintos dos abrangidos no presente Contrato.



10.6 – Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições acertadas em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.

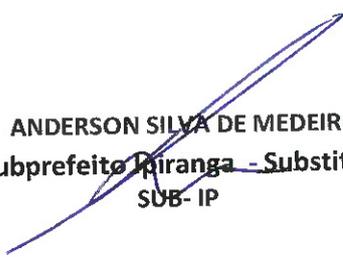
10.7 – Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do ajuste poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

10.8 - Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma, nos termos do Decreto Municipal nº 56633/2015.

10.9 – Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste e para todo e qualquer procedimento judicial oriundo deste Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha a ser.

10.10. A Assinatura do Termo de Contrato poderá ser realizada digitalmente nos termos do Art. 8º do Decreto Municipal n.º 55.838/2015 haja vista o período emergencial instituído pelo Decreto Municipal n.º 59.291/2021.

10.11. E, por estarem justas e contratadas, exaram as partes suas assinaturas no presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor pelas partes, na presença de 02 (duas) testemunhas que também o subscrevem.


ANDERSON SILVA DE MEDEIROS
Subprefeito Ipiranga - Substituto
SUB-IP

FLAVIO BELOTO
GONCALVES:24
590792818

Assinado de forma digital
por FLAVIO BELOTO
GONCALVES:24590792818
Dados: 2023.01.16 15:45:11
-03'00'

HERSA ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA
FLAVIO BELOTO GONÇALVES
RG 20.945.093-9
CPF.245.907.928-18
Diretor Executivo

Testemunhas:

1.  R.G. 22.242.228-6

2.  R.G. 21.843.813-1

MEMORIAL DESCRITIVO



LOCAL: RUA CARLOS ALBERTO WERNECK X AV. PROF. ARNALDO JOÃO SEMERARO - SACOMÃ - SÃO PAULO - SP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE AREIA E VESTIÁRIOS ENTRE A RUA CARLOS ALBERTO WERNECK X AV. PROF. ARNALDO JOÃO SEMERARO

Características Gerais

Construção de Quadras e Vestiários

Descrição dos Serviços

Os serviços deverão ser executados conforme orientação descrito neste memorial.

- **SERVIÇOS PRELIMINARES**
 - Isolamento e sinalização das áreas de intervenção;
 - Remoção do entulho gerado dos serviços executados.
- **ÁREA EXTERNA – MOVIMENTAÇÃO DE TERRA**
 - Remoção de árvores para execução da intervenção;
 - Execução de corte para preparo do terreno.
- **ÁREA EXTERNA – CONTENÇÕES, PISO E ACESSOS**
 - Preparo de caixa e concretagem de fundações de muro de contenção;
 - Impermeabilização de fundação;
 - Assentamento de blocos de concreto para execução de muro;
 - Instalação de gradil tipo parque para fechamento da área de intervenção;
 - Instalação de portões para acesso ao espaço da intervenção;
 - Instalação de guarda-corpo no topo do muro de contenção;
 - Execução de piso intertravado.
- **ÁREA EXTERNA – PLAYGROUND, ATI'S E MOBILIÁRIOS URBANOS**
 - Preparo de caixa e concretagem de base para ATI's e playgrounds;
 - Assentamento de placas de borracha para base de playgrounds e ATI's;
 - Instalação de playgrounds, ATI's e mobiliários urbanos.
- **ÁREA EXTERNA – PAISAGISMO**
 - Execução de paisagismo.
- **QUADRAS DE AREIA – CIVIL**
 - Preparo de caixa e concretagem de fundação para mureta de delimitação das quadras;
 - Impermeabilização de fundação;
 - Assentamento de blocos de concreto para execução de mureta;



- Instalação de alambrado com h=4,50m, assim como portões de acesso a quadra;
- Fornecimento e aplicação de areia fina para piso das quadras;
- Instalação de traves de futebol e postes de vôlei.

- **QUADRAS DE AREIA – DRENAGEM**
 - Execução de drenagem da quadra.

- **QUADRAS DE AREIA – ARQUIBANCADA**
 - Preparo de caixa e concretagem de fundação para execução de arquibancada;
 - Impermeabilização de fundação;
 - Assentamento de blocos de concreto para execução de arquibancada;
 - Execução de acabamentos e pintura;
 - Instalação de guarda corpo nas laterais das arquibancadas.

- **VESTIÁRIOS – CIVIL**
 - Preparo de caixa e concretagem de fundações, pisos e estruturas dos vestiários;
 - Impermeabilização da fundação;
 - Instalação de placas de granilite para divisórias dos vestiários;
 - Assentamento de piso cerâmico e azulejos;
 - Instalação de barras de apoio para banheiros PNE.

- **VESTIÁRIOS – HIDRÁULICA**
 - Execução de rede hidráulica para os vestiários e banheiros PNE.

- **VESTIÁRIOS – ELÉTRICA**
 - Execução de instalações elétricas para vestiários e banheiros PNE.

- **VESTIÁRIOS – COBERTURA**
 - Execução de laje treliçada;
 - Instalação de telhas CRFS de 8mm;
 - Instalação de calhas de condutores.

- **VESTIÁRIOS – PORTAS E CAIXILHOS**
 - Instalação de portas para acesso aos vestiários e banheiros PNE;
 - Execução de aberturas para ventilação dos vestiários e banheiros com elementos vazados;
 - Instalação de soleiras.

- **ILUMINAÇÃO**
 - Execução de rede elétrica para execução da iluminação externa.

- **SERVIÇOS COMPLEMENTARES**
 - Lavagem de piso por hidrojateamento;

- Limpeza geral da obra.

A execução dos serviços deverão ser realizados segundo as normas da ABNT, especificações e padrões dos dispositivos de EDIF/SIURB. Detalhamentos que se fizerem necessários deverão ser providenciados durante a execução das obras.

As eventuais omissões, divergências ou alterações que se fizerem necessárias serão solucionadas em conjunto com a Contratada e a fiscalização da Prefeitura. Os materiais deverão ser de fabricação idônea, de primeira qualidade, sem defeitos, seguindo as especificações técnicas do projeto e de conformidade com os parâmetros estabelecidos pela ABNT e SIURB.

Em caso de dúvida com relação à qualidade do material, a Prefeitura poderá exigir da Contratada a sua análise em laboratório de notória especialização, como corpo de prova para a resistência do projeto e do que se fizer necessário.

Os materiais rejeitados pela fiscalização deverão ser retirados no prazo de três dias a partir da data da sua recusa.

Se a obra for executada em desacordo com o projeto ou com a utilização de materiais de características não especificadas neste Memorial, a Contratada será obrigada a retirar e refazer os serviços sem ônus para a Prefeitura.

Especificações Técnicas

Os serviços deverão ser executados seguindo as especificações e padrões dos dispositivos de EDIF/SIURB.

Todos os serviços a serem executados obedecerão a relação de serviços constantes na planilha orçamentária, composição de preços unitários de EDIF, assim como as determinações estabelecidas no Caderno de Encargos de EDIF, das Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e, segundo as determinações da fiscalização.

Preços Contratuais

Nos preços contratuais deverão estar incluídos todos os custos diretos, encargos sociais e trabalhistas, bem como BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) proposto pela proponente, representando preços para pagamento à vista, sem qualquer encargo financeiro a eles agregados.

CrITÉrios de Medição

Os critérios de medição e regulamentação específica de cada preço deverão obedecer às determinações contidas no Caderno de Critérios Técnicos do Departamento de Edificações, os detalhes executivos padronizados, os elementos de composição de preços unitários da Divisão Técnica de Orçamento bem como os publicados no D.O.C. 14 de Outubro de 2022, data base Julho/2022, referente a "Tabela de Custos Unitários de Edificações".





Procedimentos

As medições dos serviços executados deverão ser requeridas pela Contratada através de processo administrativo, junto ao protocolo da Unidade Fiscalizadora, a partir do primeiro dia útil posterior ao período de cada parcela, de acordo com o cronograma físico-financeiro de execução dos serviços.

Constituirá cada um destes processos os seguintes elementos: cópia da Ordem do Contrato, cópia da Nota de Empenho, cópia da Ordem de Início, Memorial de Cálculo, Memória Financeira e Croquis dos serviços executados no período da medição, e demais documentações conforme portaria 170/SF/2020
As medições serão apresentadas em formulário fornecido pela Fiscalização.

Os quantitativos das medições serão apresentados acumulativos em relação aos serviços prestados.

O valor da medição de cada parcela será apurado com base nas quantidades de Serviços executados no período da obra e a aplicação dos preços contratuais, deduzindo-se a somatória das medições anteriores.

A análise dos serviços executados referentes a cada uma das parcelas relativas será de até 30 (trinta) dias contados a partir da entrega dos respectivos serviços. Em caso de dúvida ou divergência, a Fiscalização liberará para pagamento da parte não contestada dos serviços.

No processamento de cada medição, a Contratada deverá, obrigatoriamente, apresentar, a Coordenadoria de Administração e Finanças desta SUB, a Nota Fiscal dos serviços, e será descontada a parcela relativa ao ISS - Imposto Sobre Serviços, nos termos da Lei nº 14.476, de 30 de dezembro de 2002, regulamentada pela Portaria SF nº 014/2003, relativa aos serviços executados, devendo ainda ser destacada, na descrição dos serviços, a retenção ao INSS, nos termos da Portaria INTERSECRETARIAL nº 002/2005, de 29 de abril de 2005. Fica o responsável tributário independentemente da retenção do ISS, obrigado a recolher o imposto integral, multas e demais acréscimos legais na conformidade da legislação, eximida, neste caso, a responsabilidade do prestador de serviços.

A medição final dos serviços somente será encaminhada a pagamento quando resolvidas todas as divergências, inclusive quanto a atrasos e multas relativas ao objeto do contrato e o Recebimento Provisório.

Prazo de Execução

O prazo de execução será de até 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.





Disposições Finais

O ajuste será formalizado com base na Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93, alterada pela Lei nº 8.883/94, Lei Municipal nº 13.278/02 e suas alterações, prevalecendo o que estiver em vigor na época da celebração.

Considera-se como parte integrante deste Edital toda a Tabela de Preços de 069/SIURB/EDIF bem como 069/SIURB/EDIF(p2), TAB69/ EDIF - data-base Julho de 2022. na sua íntegra.

